



OS USOS DA COMUNICAÇÃO PELOS COMITÊS DE ANISTIA: DIREITO À VERDADE E PRODUÇÃO DE MEMÓRIA SOBRE A VIOLÊNCIA DITATORIAL¹

Marcio de Souza CASTILHO²

RESUMO

Os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs) funcionaram como polo aglutinador das forças de oposição no contexto de abertura política no Brasil no final dos anos 1970. A comunicação cumpria papel estratégico para divulgação das ações promovidas pelos comitês. A entidade buscava sensibilizar a opinião pública para a causa da anistia através de diferentes iniciativas, tais como concurso de cartazes, produção de dossiês com as denúncias e o levantamento das vítimas do Estado autoritário, participação em programa de reconhecimento ao trabalho de jornalistas, incentivo à produção editorial e divulgação das atividades culturais, atos públicos e campanhas específicas relacionadas à greve de fome de presos políticos e ao retorno dos exilados.

Propomos examinar o espaço ocupado pela comunicação no trabalho dos CBAs no período entre 1978-1980, da formação do primeiro comitê de anistia, no Rio de Janeiro, até o início do processo de gradual esvaziamento da entidade, que coincidiu com um novo cenário de reorganização dos partidos e outras formas de participação social e política. O trabalho está dividido em três partes. A primeira resgata as disputas internas no campo militar e o avanço dos grupos de oposição ao Estado autoritário, com o recrudescimento das lutas populares, a rearticulação do movimento estudantil e dos sindicatos e a mobilização crescente das instituições da sociedade civil. A segunda parte aborda a estruturação e a consolidação dos comitês e as principais resoluções aprovadas nos congressos da entidade. Na terceira e última parte, são descritas as principais ações comunicativas da entidade para ampliar a visibilidade da luta por uma anistia “ampla, geral e irrestrita”.

Em diálogo com o contexto sócio-histórico, a pesquisa bibliográfica está baseada em estudos no campo da História e da Comunicação sobre o processo de anistia e o papel das oposições. A análise das fontes documentais permite, por seu turno, refletir sobre as relações de força estabelecidas com o aparato repressivo do regime. A forma como a comunidade de informações acompanhava a atuação dos movimentos favoráveis à anistia e suas estratégias de divulgação pode ser observada através dos arquivos que integram os fundos do Serviço Nacional de Informações (SNI), da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ) e do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa).

Greco (2003) destaca a “força instituinte” do movimento, em contraposição permanente ao poder instituído, propiciando a formação de um ambiente de discussão sobre a necessidade de superação do modelo autoritário. Das pressões exercidas pelas forças de oposição e negociações e

¹ GT2 – Comunicação popular, alternativa e comunitária

² Universidade Federal Fluminense, castilho.uff@gmail.com

acomodações travadas entre as elites políticas resultou a Lei 6.683, sancionada em 28 de agosto de 1979. O estudo sustenta que uma das principais contribuições do repertório comunicativo usado pelos comitês relaciona-se com a produção de memória sobre as violências políticas e a reivindicação do direito à verdade sobre as torturas, mortes e desaparecimentos forçados ocorridos nos primeiros 15 anos da ditadura, em que pesem as pressões externas contra a campanha da anistia e limitações intrínsecas aos grupos que dela participavam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVERGA, Alex Polari de. **Inventário de cicatrizes**. São Paulo: Global/Teatro Ruth Escobar/CBA-SP, 1978.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

BRASIL. Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978. Define os crimes contra a Segurança Nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1978. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6620-17-dezembro-1978-365788-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 17 jan. 2022

BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 ago. 1979. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6683-28-agosto-1979-366522-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 19 fev. 2022

CABRAL, Reinaldo; LAPA, Reinaldo (Orgs.). **Desaparecidos políticos, prisões, sequestros, assassinatos**: artigos, entrevistas, documentos, reportagens. Rio de Janeiro: Edições Opção/CBA-RJ, 1979.

CARVALHO NETO, Joviniano Soares de. **Itinerário, Haroldo Lima**. Salvador: CBA-BA, 1979.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Orgs.). **Memórias do exílio, Brasil 1964-19??**. São Paulo: Livramento, 1978.

D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs.). **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ESCARIZ, Fernando. **Por que Theodomiro fugiu**. São Paulo: Global, 1980.

FON, Antônio Carlos. **Tortura, a história da repressão política no Brasil**. São Paulo: Global, 1979.

_____ Descendo aos porões. **Veja**, São Paulo, nº 546, p. 60-64, 21 fev. 1979.

GRECO, Heloísa Amélia. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia**. 2003, 559 f. Tese (doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG), Belo Horizonte, 2003.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MACHADO, Cristina Pinheiro. **Os exilados**: 5 mil brasileiros à espera da anistia. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

MARCELINO, Douglas Attila. **Subversivos e pornográficos**: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2011.

MARCONI, Paolo. “PCB e PCdoB brigam”. **Jornal da República**, Salvador, 14 nov. 1979.

MAUÉS, Flamarion. Do erótico ao político: a trajetória da Global Editora na década de 1970. In REIMÃO, Sandra (org.). **Livros e subversão**: seis estudos. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2016, p. 35-65.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

RODEGHERO, Carla Simone. Para uma história da luta pela anistia: o caso do Rio Grande do Sul (1974-1979). **Revista Tempo e argumento**. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 99-122, jan./jun. 2009.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio**: entre raízes e radares. São Paulo: Record, 1999.

SCHILLING, Flávia. **Querida família**. Rio Grande do Sul: Coojornal, 1978.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SUSSEKIND, Flora. **Literatura e vida literária**: polêmicas, diários & retratos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

VIANA, Gilney Amorim. **131-D**: memorial da prisão política. Contagem/MG: Ed. História, 1979.

VIEIRA, Beatriz de Moraes. As ciladas do trauma: considerações sobre história e poesia nos anos 1970. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 151-176.